



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1053408-79.2020.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Bianca Maria Santana de Brito**
 Requerido: **Jair Messias Bolsonaro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Bianca Maria Santana de Brito ajuizou ação cominatória cumulada com indenizatória em face de Jair Messias Bolsonaro. Narra na inicial, em síntese, que o réu veicula com frequência, pelo seu canal pessoal do YouTube, uma "live", e na transmissão de 28/05/2020 acusou-a de ser propagadora de notícias falsas. Em sede de antecipação de tutela, requereu a retirada do trecho do vídeo em que o réu a menciona. Em relação ao mérito, requereu a confirmação da medida liminar, com exclusão definitiva do trecho, retratação pública, abstenção de imputar-lhe textos que não tenha escrito, além de indenização por danos morais no valor de R\$50.000,00.

Decisão de fls. 657 indeferiu a antecipação de tutela e determinou a citação.

Certidão de fls. 665 dá conta de que o réu deixou decorrer "in albis" o prazo para contestação.

Manifestação da autora às fls. 666/669 afirmando que em 30/07/2020 o réu fez a leitura de uma nota de retratação.

É o relatório.

Decido.

Não há questões processuais pendentes de análise.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, eis que os documentos trazidos aos autos são suficientes para elucidação da controvérsia, mormente tratar-se de matéria de direito.

Os efeitos da revelia devem ser decretados, uma vez que o réu foi regularmente citado e não contestou o feito.

Os elementos trazidos aos autos comprovam as alegações da autora e, com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 344), a saber, a menção errônea ao seu nome e os danos suportados.

O valor da reparação deve atender aos princípios da proporcionalidade e da vedação ao enriquecimento ilícito, e ainda ser suficiente a amenizar o desassossego sofrido pela vítima. Há que se considerar que o réu se retratou espontaneamente, como noticiado pela própria autora em suas redes sociais. Veja-se:

"O presidente Jair Bolsonaro acaba de pedir desculpas publicamente por ter me acusado, na live de 28 de maio, de ser autora de um texto que nunca escrevi. Tirou toda a live do ar. E diz que não tem problema em errar, nem em reconhecer erros, e que teria dito meu nome por estar 'lá embaixo' na mesma página. Mas a menção ao meu nome não foi meramente um erro. Na página em que está publicada a notícia lida por Jair Bolsonaro, não há o meu nome. Por que o presidente insiste, com outra informação falsa?", escreveu Bianca nas redes sociais.¹

As palavras do réu foram:

"Eu quero ler uma nota porque eu erro também. Não vou culpar a minha assessoria, mas eu erro. Lamento o ocorrido na live de 28 de maio. Peço desculpas à jornalista Bianca Santana. Eu fiz a referência a várias reportagens de fake news, e uma falei que era dela. Não era dela, tinha o nome dela lá embaixo. Houve equívoco da minha parte. Não era da jornalista Bianca Santana, minhas desculpas a Bianca Santana por esse equívoco nosso. Inclusive, já mandei retirar toda a live do ar. Da nossa parte, não tem problema se desculpar quando erra", disse o presidente na live de hoje.

Ademais, não há nos autos nenhum elemento que indique que não tenha se tratado de simples equívoco. Embora a autora afirme que "a menção ao meu nome não foi meramente um erro", e fundamente tal afirmação com a suposição de que seu nome não estava escrito na folha de papel que o réu lia na hora, a inscrição poderia estar em algum outro papel entre os diversos que havia sobre a mesa, ou algo que tenha sido lido pelo réu pouco antes da gravação.

Assim, entendo que o montante de R\$10.000,00 é razoável e suficiente à compensação, estando ainda em conformidade com a mais recente jurisprudência, vide decisões proferidas pelo E. TJ-SP nas apelações nº 1021197-40.2019.8.26.0224, 1035589-06.2018.8.26.0002, 0150189-64.2012.8.26.0100, 1024487-35.2015.8.26.0602, e ¹<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/30/jornalista-recebe-desculpas-de-bolsonaro-e-exige-fim-de-ataques-a-profissao.htm>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

3000023-21.2013.8.26.0233.

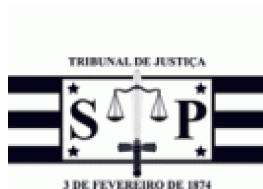
É procedente também o pedido de obrigação de não fazer, consistente em "impedir que o réu impute à autora a autoria de textos que ela não escreveu em quaisquer de suas comunicações", seja pela necessidade de preservação da honra subjetiva da autora, seja pela necessidade de se reprimir a disseminação de "fake news" no cenário atual.

Por fim, temos que os pedidos de exclusão definitiva do trecho do vídeo em que o réu faz menção à autora e de retratação pública estão prejudicados, pois foram realizados pelo réu de forma espontânea.

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, resolvendo a ação nos termos do art. 487, I do CPC, para determinar ao réu que se abstenha de imputar à autora a autoria de textos que ela não tenha escrito, bem como para condená-lo ao pagamento de R\$ 10.000,00 a título de danos morais, com correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362, STJ) e acréscimo de juros de mora de 1% ao mês, contados do evento danoso (responsabilidade extracontratual - Súmula 54, STJ). Ante a expressiva sucumbência, condeno ainda o réu ao pagamento de ré ao pagamento de 80% das custas e despesas processuais, e de honorários de sucumbência, os quais fixo em 20% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §2º, CPC.

Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 30 dias, arquivando-se estes autos principais da fase de conhecimento.

Em caso de futura execução, fica a parte interessada já advertida de que deverá instaurar incidente digital, nos termos do Provimento CG nº 16/2016 e dos Comunicados CG nº 438 e 441 de 2016, cumprindo especialmente o quanto determinado no item 2 do Comunicado CG nº 438/2016 ("No cumprimento de sentença deverão ser anexados os documentos mencionados no Provimento CG nº 16/2016, na seguinte ordem: petição, sentença, acórdão, certidão do trânsito em julgado (se o caso) e documentos pertinentes ao pedido do início da fase executiva"), sem prejuízo dos demais documentos elencados no art. 1.286, §2º das Normas da Corregedoria ("O requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por peticionamento e instruído com as seguintes peças: I - sentença e acórdão, se existente; II - certidão de trânsito em julgado, se o caso; III - demonstrativo do débito atualizado ou planilha do órgão pagador, quando se tratar de execução por quantia certa; IV - mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias"),



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

principalmente para que se possa cadastrar corretamente a parte executada e seus eventuais patronos.

P.R.I.

São Paulo, 10 de dezembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**